



BALANÇO HUMANITÁRIO 2024

COLOMBIA

As guerras têm limites, e eles devem ser respeitados

Em tempos de múltiplos conflitos armados por todo o mundo, o debate público sobre as normas que regulamentam as guerras ganha nova relevância. Quais são seus limites? O que pode ser feito para evitar o sofrimento humano? Qualquer ação é válida para neutralizar um adversário?

A transmissão em tempo real de bombardeios e pessoas fugindo dos seus lares fez com que muitas pessoas acreditassem que, nos conflitos armados, devido à sua natureza cruel, todas as regras que nos tornam humanos são quebradas. Mas isso não é verdade. O Direito Internacional Humanitário (DIH), também conhecido como “normas da guerra”, tem como objetivo reduzir o sofrimento causado pelos conflitos armados.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) conhece muito bem esse sofrimento. Há mais de 160 anos trabalha para assistir e proteger as vítimas dos conflitos armados e entende qual é o papel do DIH para reduzir a dor que eles causam. Por isso, na Colômbia, o nosso apelo para que todas as partes o cumpram não é mera formalidade: é uma maneira direta de exigir que façam o seu maior esforço para que suas ações afetem o menos possível as comunidades.

As ações concretas de proteção da população civil, bem como das pessoas feridas e doentes, das pessoas desaparecidas e seus familiares, das pessoas privadas de liberdade, das crianças e adolescentes, dos integrantes de grupos armados que tenham deposto as armas e de outras pessoas, exigem um compromisso firme de todas as partes nos conflitos armados. Porque, embora eles possam ser cruéis, quando o DIH não é aplicado, podem se tornar ainda pior. O DIH diminui a barbárie própria da guerra.

No entanto, em 2023, nossas equipes no terreno continuaram presenciando as lamentáveis consequências dos conflitos e a falta de respeito pelo DIH. Elas testemunharam a angústia e o medo que permanecem nas comunidades. Também viram como a vida cotidiana das pessoas é impactada pelos enfrentamentos entre diferentes atores armados e como isso afeta o acesso a serviços básicos como água potável, assistência à saúde, alimentos, educação e, em geral, condições de vida dignas.

A situação humanitária continua preocupante. Um exemplo é o caso do deslocamento em massa: embora tenha diminuído no âmbito nacional, em algumas regiões foi registrado um crescimento exponencial que atingiu um aumento de até 1.000% em relação ao ano anterior. Os fatos violentos contra a assistência à saúde continuam impedindo que as comunidades tenham acesso aos cuidados de que necessitam. Além disso, só em 2023, registramos 222 casos de pessoas dadas como desaparecidas devido a conflitos armados que aconteceram nesse mesmo ano. E comunidades inteiras continuam experimentando na sua vida diária as consequências da presença de artefatos explosivos.

Por isso, para nós, todos os esforços feitos para encontrar soluções ligadas aos conflitos armados são bem-vindos, já que são uma oportunidade para aliviar o sofrimento de milhares de pessoas. No entanto, é fundamental lembrar que, mesmo durante negociações de paz e até quando houver um acordo de cessar-fogo, as consequências humanitárias dos conflitos armados permanecem, e é nesses casos que o DIH oferece uma oportunidade.

É necessário que as preocupações humanitárias estejam no cerne da agenda de conversas para a paz. O DIH é um guia e uma base concreta para que isso aconteça já que, embora não procure acabar com os conflitos armados, possui ferramentas que poderiam orientar as partes no seu diálogo para reduzir o sofrimento causado por esses conflitos. O correto cumprimento do DIH melhora a proteção da população civil e de outras pessoas afetadas, e permite chegar a acordos especiais para reforçar de forma direta e imediata essa proteção. Isso, por sua vez, pode ajudar a gerar confiança entre as partes. Mesmo que sejam elas que devem celebrar os acordos, o CICV oferece seus conhecimentos sobre o DIH e assuntos humanitários, bem como seu envolvimento como intermediário neutro para implementá-los.

Durante conversas para a paz pode haver momentos de esperança para o país. No entanto, ainda existem milhares de pessoas que sofrem a causa dos oito conflitos armados não internacionais que, de acordo com a análise jurídica do CICV, existem na Colômbia. Por isso, o nosso trabalho humanitário continua sendo fundamental.

Durante o ano anterior, ajudamos cerca de 150 mil pessoas com nosso acompanhamento e nossos projetos de assistência. Mais de 9 mil pessoas receberam apoio para iniciativas de produção e mais de 23 mil foram beneficiadas com acesso a água, saneamento básico e infraestrutura comunitária. Como resultado do nosso diálogo confidencial e da nossa experiência no assunto, facilitamos a libertação de 66 pessoas que se encontravam em poder de grupos armados.

Em 2024, continuaremos chegando aos locais mais afastados da Colômbia com nosso objetivo de acompanhar aquelas pessoas que mais sofrem com os conflitos armados e outras situações de violência. E vamos lembrar às partes em conflitos armados que, na guerra, nem tudo é válido porque, mesmo no meio dela, continuamos sendo humanos.

Durante conversas para a paz pode haver momentos de esperança para o país. No entanto, ainda existem milhares de pessoas que sofrem a causa dos oito conflitos armados não internacionais que, de acordo com a análise jurídica do CICV, existem na Colômbia.



Lorenzo Caraffi
Chefe de delegação, Colômbia



O custo humano dos conflitos armados na Colômbia

A população civil continua suportando o peso da guerra. Gostaríamos que os números sobre as consequências humanitárias apresentados neste relatório pertencessem a um passado distante; no entanto, refletem o dia a dia de milhares de famílias, principalmente camponeses, indígenas e afrodescendentes.

Durante 2023, acompanhamos as comunidades que foram deslocadas e que, com medo, optaram pela única saída possível: abandonar os seus lares com a angústia de perder tudo. Também oferecemos apoio a pessoas que, com determinação, iniciaram ou continuaram a busca de familiares dados por desaparecidos. Estivemos ao lado daqueles que, em meio à incerteza, ficaram confinados em suas comunidades, enfrentando limitações no acesso aos recursos básicos.

Não houve melhorias significativas em relação à situação humanitária das comunidades nas regiões onde trabalhamos. Ao longo do ano, as nossas equipes no terreno documentaram 444 possíveis violações do DIH e de outras normas humanitárias por atores armados estatais e não estatais. Entre elas, podemos mencionar: ameaças; violência sexual; recrutamento, uso e participação direta de crianças e adolescentes nas hostilidades; homicídios; emprego de artefatos explosivos com efeitos indiscriminados; tratos cruéis, inumanos ou degradantes, e privações arbitrárias da liberdade, entre outras condutas.

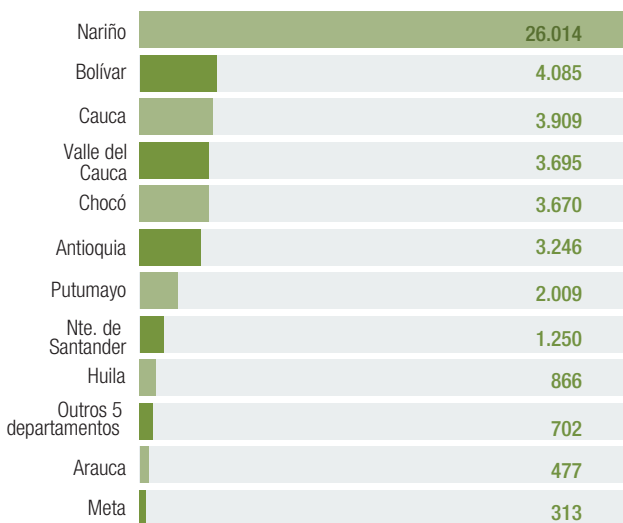
Do mesmo modo, registramos incumprimentos das partes em conflito na condução das hostilidades. Na maioria dos casos, respondem a uma falta de precaução para proteger a população e os bens civis dos efeitos desses enfrentamentos

*Essas informações não representam o panorama completo do país, mas apenas os casos que o CICV observou de maneira direta no desempenho do seu trabalho humanitário. Os números também não permitem fazer uma análise de variação (aumento ou diminuição) de um ano para o outro, dado que diferentes variáveis dinâmicas podem incidir na coleta de dados.

Deslocamentos em massa em 2023

(De 10 ou mais famílias)

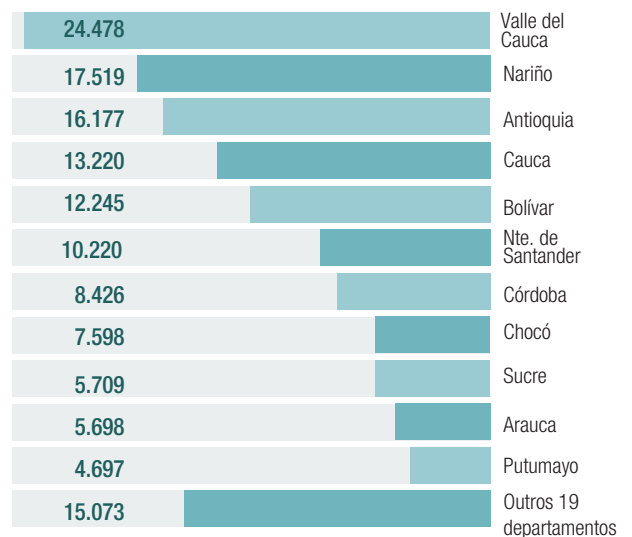
50.236 pessoas afetadas



Fonte: Seguimiento a presuntos eventos de desplazamiento masivo y confinamiento. Subdirección de Prevención y Atención a Emergencias – UARIV

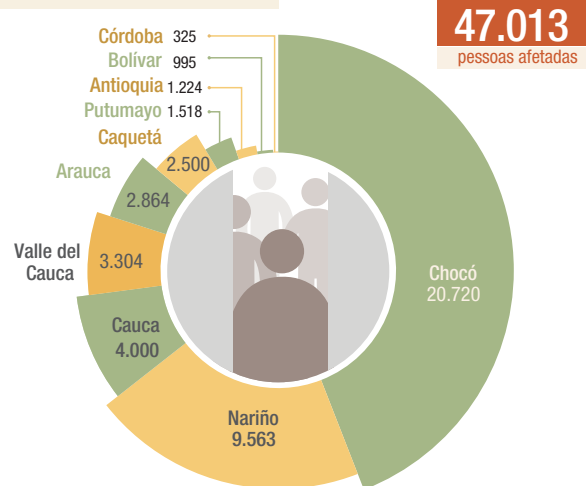
Deslocamentos individuais em 2023

145.049 pessoas afetadas



Fonte: Subdirección de Valoración y Registro - UARIV

Confinamentos em 2023



Fonte: Seguimiento a presuntos eventos de desplazamiento masivo y confinamiento. Subdirección de Prevención y Atención a Emergencias – UARIV

De acordo com estatísticas oficiais, o deslocamento individual afetou 145.049 pessoas, o que significou um aumento de 18 % em todo o país em relação a 2022. Em alguns territórios, o número foi ainda maior: esse é o caso do departamento de Bolívar, onde a quantidade de registros quase dobrou, com aumento de 94 % em comparação com o ano anterior. Por sua parte, em Cauca cresceu 53 %. Essa é uma problemática que geralmente é menos visível do que outras consequências humanitárias, mas que não deixa de ser alarmante, porque muitas vezes significa que as famílias devem abandonar sua casa por longos períodos de tempo ou até nunca voltar.

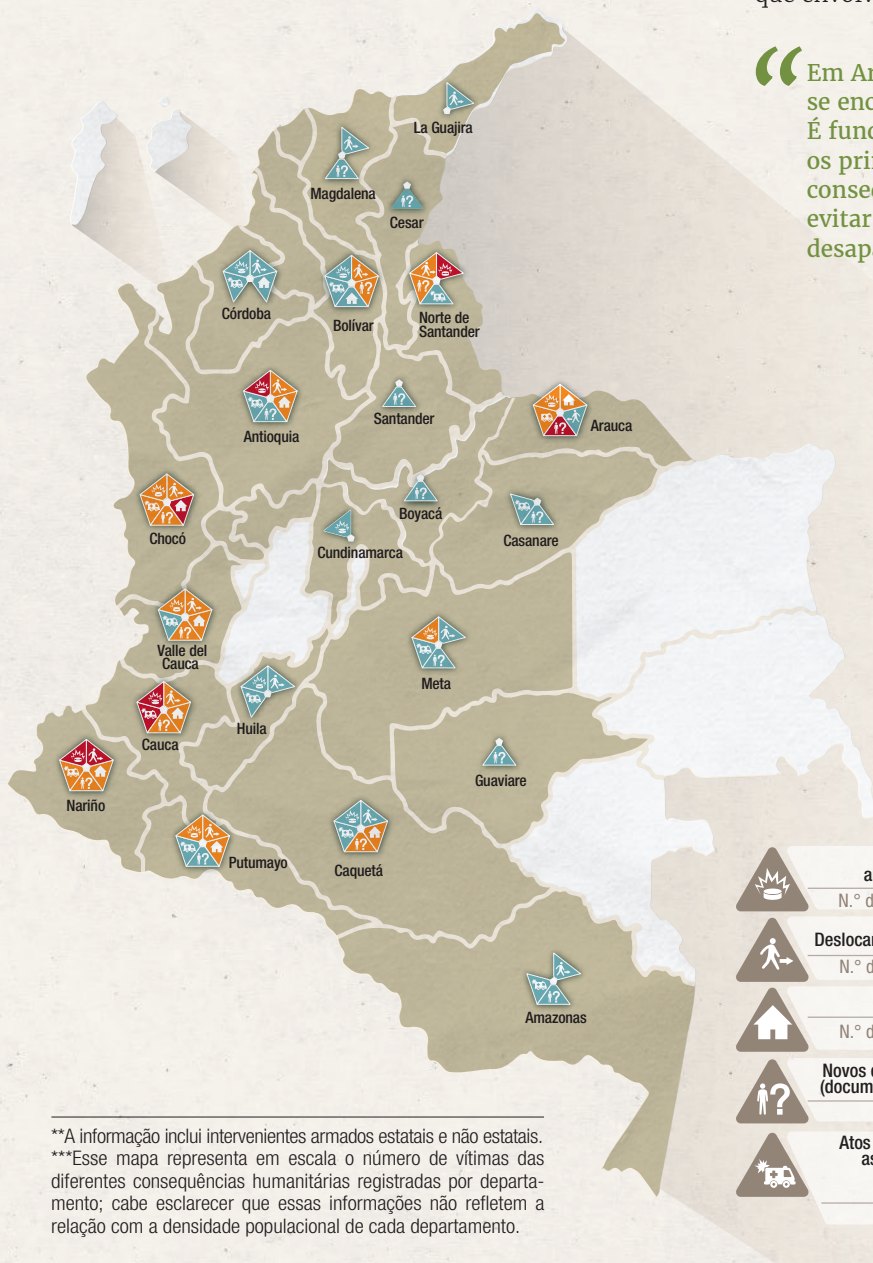
Somado a isso, o deslocamento em massa atingiu outras 50.236 pessoas, fenômeno que indica uma fratura das práticas sociais e culturais das populações afetadas. Nariño, pelo quinto ano consecutivo, continuou sendo o departamento com o maior número de pessoas impactadas, com uma concentração de 52 %.

A análise desses números demonstra que, no âmbito nacional, o fenômeno diminuiu 13 % em relação a 2022. No entanto, a problemática se espalhou para outros departamentos como Amazonas, Huila, Meta e La Guajira, que em 2022 não tinham registrado deslocamentos em massa, mas em 2023 tiveram mais de mil pessoas afetadas.

Além disso, em alguns departamentos houve um aumento significativo, por exemplo, em Putumayo, que o deslocamento em massa passou de 169 pessoas durante 2022 para 2.009 no ano passado, o que representa um incremento superior a 1.000 %.

As pessoas deslocadas enfrentam dificuldades econômicas devido à perda dos seus meios de subsistência, além dos riscos de revitimização que correm as comunidades especialmente vulneráveis. As consequências do deslocamento também afetam de maneira direta a saúde mental.

Consequências humanitárias em 2023 ***



Por outro lado, as disputas territoriais entre atores armados e a presença de artefatos explosivos levaram ao confinamento de 47.013 pessoas, o que representa um aumento de 19 % no âmbito nacional em comparação com 2022. A situação continua crítica em Chocó, departamento que concentrou 44% da população confinada. Além disso, em outros territórios foi registrado um aumento superior à percentagem nacional. É o caso de Antioquia, que passou de 110 pessoas confinadas em 2022 para 1.224 no ano passado. Por sua parte, Cauca passou de 1.615 pessoas confinadas em 2022 para 4.000 em 2023. Essas situações geram incerteza, medo e angústia nas comunidades, além de dificultar o acesso a recursos e serviços essenciais como alimentos, água, educação e cuidados de saúde.

Por outro lado, em 2023 registramos 380 vítimas diretas de diferentes tipos de artefatos explosivos. O número de vítimas de artefatos explosivos de detonação controlada diminuiu em relação a 2022, o que possivelmente seja um efeito dos cessar-fogo acordados entre atores armados e o Estado colombiano. No entanto, essa diminuição não significa que a ameaça pela presença desses dispositivos tenha diminuído, mas sim que há uma mudança no seu uso que envolve impactos diferenciados nas populações.

“ Em Arauca e no sul de Bolívar, as comunidades se encontram em meio a confrontos. É fundamental que os atores armados respeitem os princípios do DIH para limitar ao máximo as consequências para a população civil e assim evitar deslocamentos, confinamentos, desaparecimentos, ameaças e espoliações. ”

Stéphanie Eller
chefa da subdelegação do
CICV em Bucaramanga



	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Impacto por artefatos explosivos N.º de vítimas diretas***	1 – 9	10 – 40	> 40
Deslocamentos em massa N.º de pessoas afetadas	1- 999	1.000 – 9.999	10.000 – 29.999
Confinamentos N.º de pessoas afetadas	1- 999	1.000 – 9.999	10.000 – 29.999
Novos desaparecimentos (documentados pelo CICV) N.º de casos	1 – 9	10 – 40	> 40
Atos violentos contra a assistência à saúde (relacionados aos conflitos armados) N.º of events	1 – 9	10 – 30	> 30

**A informação inclui intervenientes armados estatais e não estatais.
***Esse mapa representa em escala o número de vítimas das diferentes consequências humanitárias registradas por departamento; cabe esclarecer que essas informações não refletem a relação com a densidade populacional de cada departamento.

Somado a isso, no ano passado documentamos 222 casos de desaparecimento relacionados diretamente com os conflitos armados e com a violência ocorridos durante 2023. O número revela que esse fenômeno se mantém e continua afetando famílias e comunidades inteiras que vivem entre a angústia e a incerteza de não saber onde estão nem o que aconteceu com seus entes queridos.

De igual modo, foi informado um aumento de fatos violentos contra a assistência à saúde. Isso inclui a entrada de diferentes atores armados em estabelecimentos e unidades médicas, a restrição arbitrária de circulação dos profissionais de saúde e de transporte sanitário, e seu uso forçado. Além disso, o aumento da intensidade dessa violência é alarmante, expressa em assassinatos, ameaças e privações de liberdade contra os profissionais de saúde.

Durante 2023, também observamos com preocupação que as crianças e adolescentes continuaram sendo associadas a atores armados, o que exige uma consideração especial. Em muitos casos, esses menores de idade foram separados de suas famílias, o que gerou rupturas e sofrimento psicológico ou psicossocial, e afetou a sua dignidade e desenvolvimento pleno. Isso aumenta a ameaça direta à sua integridade física.

Por outra parte, a violência sexual no contexto dos conflitos armados na Colômbia continua presente. No ano passado, documentamos 50 casos ocorridos nesse mesmo ano, que refletem apenas uma mínima parte do universo de vítimas e sobreviventes desse tipo de violência. De maneira semelhante a outras consequências humanitárias, embora em ocasiões de forma muito mais considerável, a violência sexual foi cometida para intimidar, aterrorizar, punir e controlar territórios. Nesse cenário, especialmente as mulheres e crianças do sexo feminino foram as mais vulneráveis e afetadas; no entanto, a maioria das vítimas e sobreviventes não reporta os casos por medo da estigmatização, pela ausência de garantias para sua segurança, e pelas dificuldades para ter acesso à justiça e reintegrar-se em suas comunidades. A violência sexual tem consequências devastadoras para as vítimas e sobreviventes, e também para seus familiares e comunidades, com efeitos na saúde física e mental, bem como nas esferas social e econômica.

Quanto aos enfrentamentos entre o Estado colombiano e grupos armados, em 2023 houve uma diminuição, enquanto as disputas entre atores armados não estatais se intensificaram. O exposto levou à persistência dos efeitos sofridos pelas comunidades que ficaram em meio aos confrontos.

De acordo com a nossa atual classificação jurídica, baseada nos critérios do DIH, há oito conflitos armados de caráter não internacional em andamento na Colômbia. Três deles são entre o Estado colombiano e os seguintes grupos armados, respectivamente: o Exército de Libertação Nacional (ELN), as Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC) e as antigas FARC-EP que atualmente não respeitam o Acordo de Paz.

Os outros cinco conflitos são entre grupos armados não estatais: um entre o ELN e as AGC; e os quatro restantes, entre as antigas FARC-EP que atualmente não respeitam o Acordo de Paz e 1) a Segunda Marquetalia, 2) os Comandos de la Frontera - Exército Bolivariano, 3) o ELN e 4) as AGC. Esse último conflito foi classificado recentemente pelo CICV com base na observação e na

análise das hostilidades entre ambos os grupos, e nas suas consequências humanitárias durante os últimos dois anos.

Os conflitos armados continuam na Colômbia, e seu impacto humanitário não diminuiu significativamente. As testemunhas e os números sobre deslocamento; confinamento; violência sexual; recrutamento, uso e participação direta de crianças e adolescentes nas hostilidades; presença de artefatos explosivos e o impacto que geram na população civil, bem como os fatos violentos contra a assistência de saúde, demonstram a necessidade de que todos os atores armados respeitem o DIH.

A reconfiguração dos atores armados não estatais e as consequências humanitárias que afetam a população, além da histórica debilidade institucional nas áreas mais afastadas da Colômbia, evidenciam o longo caminho que ainda falta percorrer para mitigar o sofrimento que os conflitos armados e a violência causam. No entanto, ainda nesse cenário, as comunidades continuam tecendo histórias de resiliência.

Classificação dos conflitos armados

• Por que o CICV classifica os conflitos armados?

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) classifica conflitos armados apenas para cumprir seu propósito humanitário, que inclui a realização de suas funções conforme estabelecido nas Convenções de Genebra, seus Protocolos Adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a promoção do respeito pelo DIH entre as partes e a garantia de proteção e de assistência às vítimas daqueles conflitos.

• Quais critérios o CICV observa para classificar um conflito armado como não internacional?

O CICV baseia-se no DIH, que estabelece dois critérios para que uma situação de violência seja classificada como conflito armado não internacional: os respectivos grupos armados devem demonstrar um nível suficiente de organização e as hostilidades entre as partes devem alcançar um grau mínimo de intensidade. Ambos os critérios devem ser observados. O CICV realiza uma análise técnica e objetiva do seu cumprimento com base nas informações coletadas diretamente nos territórios.

• O DIH leva em conta a motivação de um grupo armado para realizar a classificação jurídica?

A motivação de um grupo armado – seja política, econômica, religiosa, étnica ou outra – não é um requerimento ou elemento de análise para sua classificação como parte em um conflito armado não internacional nem para a aplicação do DIH. Além disso, a aplicação do DIH por causa da existência de um conflito armado não internacional não outorga um status especial aos grupos armados ou aos seus membros. Nesse sentido, o DIH não permite nem impede Estados de negociarem com grupos armados.

As consequências invisíveis dos artefatos explosivos

Na Colômbia, a presença, uso e abandono de artefatos explosivos em áreas tanto rurais quanto urbanas continua deixando uma marca indelével na sociedade. As consequências cumulativas desses artefatos são variadas e devastadoras, pois representam uma ameaça para as comunidades que se estende no tempo. A presença, seja de um único artefato ou de sua suspeita, pode deixar uma comunidade inteira confinada por longos períodos ou, em ocasiões, de maneira intermitente. Isso limita o acesso a recursos essenciais como fontes de água, educação e cuidados de saúde.

Além de mais, existe o risco de perder práticas tradicionais enraizadas nas comunidades. Elas são forçadas a suportar o medo e a angústia de ter que percorrer caminhos mais extensos para evitar áreas onde poderiam ter sido instaladas minas antipessoal ou onde poderiam ser encontrados restos de explosivos de guerra. Acrescenta-se a isso, a situação a de quem tomou a difícil decisão de abandonar seu lar devido ao perigo constante que representa a presença desses artefatos, o que aprofunda o problema do deslocamento no país.

“Estamos preocupados com que a circulação das comunidades seja restrita arbitrariamente e que serviços básicos como a educação e a saúde sejam limitados.”

Hugo Fiz, chefe da subdelegação do CICV em Florencia

A mera suspeita da presença desses artefatos explosivos afeta as comunidades que dependem de suas economias locais, já que interrompe a dinâmica da pesca, da caça e do acesso às atividades agrícolas, especialmente em comunidades camponesas, afrodescendentes e indígenas. Essas consequências cumulativas vão além dos danos imediatos e visíveis, e refletem a complexidade dos conflitos armados na Colômbia.

Durante 2023, registramos 380 vítimas diretas de minas antipessoal, restos explosivos de guerra, artefatos lançados e artefatos de detonação controlada. Entre elas, 61 morreram, e o resto resultou com feridas e teve que enfrentar barreiras no acesso à saúde, longos períodos de recuperação física e consequências econômicas, sociais e psicológicas que alteraram radicalmente a sua vida. O número total de vítimas diretas representa uma diminuição de 27 % em relação a 2022, que está ligada à redução de vítimas por artefatos explosivos de detonação controlada, que passou de 240, em 2022, para 75, em 2023.

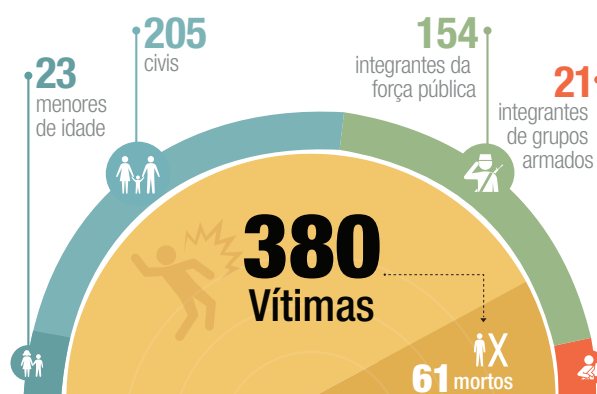
No entanto, isso não significa uma redução da presença, uso e abandono de artefatos explosivos, mas uma mudança na forma de uso, já que, paralelamente, houve um aumento significativo no número de vítimas por artefatos ativados pela própria vítima. A esse respeito, cabe mencionar que, em 2022, nossas equipes no terreno registraram 169 casos, enquanto em 2023 foram 184, o que indica um aumento de 9% de vítimas por esse tipo de impacto.

Do mesmo modo, a análise da problemática evidencia o surgimento de novas áreas contaminadas. Isso se reflete no fato de que em 40 dos 73 municípios onde foram registrados acidentes com artefatos explosivos em 2023, no ano anterior não tinham sido registradas vítimas.

Do total de vítimas registradas, 54 % corresponde à população civil, 40,5 % à força pública e 5,5 % a grupos armados não estatais. Nesse cenário, as comunidades afetadas continuam enfrentando desafios humanitários significativos. Por isso, é imperioso que todos os atores armados deixem de usar armas que gerem efeitos indiscriminados na população civil.

Por trás de cada estatística, se encontram os familiares, que, devido aos artefatos explosivos, sofrem a perda irreparável de um ente querido. Também estão aqueles que sobrevivem e que, apesar das adversidades diárias, encontram a força para superar as sequelas físicas e emocionais.

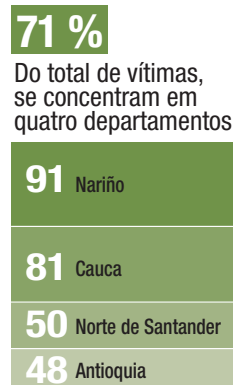
Vítimas de artefatos explosivos em 2023



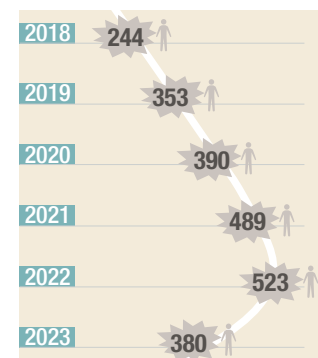
Vítimas por tipo de artefato explosivo



Departamentos mais afetados



Vítimas registradas por ano



* Minas antipessoal e restos explosivos de guerra.

Labirinto de ausências: a marca do desaparecimento

A experiência de ter um familiar desaparecido é única e apenas pode ser verdadeiramente compreendida por aquelas pessoas que a experimentam. Há mais de trinta anos ouvimos milhares de pessoas que enfrentam o desaparecimento de um familiar.

Em 2023, documentamos 222 casos de pessoas desaparecidas devido aos conflitos armados e à violência ocorridos no ano. Esse dado confirma a sua persistência em 18 departamentos, dos quais Arauca, Cauca, Nariño, Norte de Santander, Chocó e Valle del Cauca são os mais afetados, com 75 % do total dos casos documentados.

Tais regiões, caracterizadas por complexidades históricas e sociais, continuam sendo epicentros dessa problemática e mantêm uma alta tendência. Os dados coletados pelo CICV revelam que, desde a entrada em vigor do Acordo de Paz em 2016 até dezembro de 2023, o fenômeno do desaparecimento continuou de forma preocupante, com um total de 1.476 pessoas desaparecidas.

As disputas territoriais entre atores armados estatais e não estatais não apenas fazem com que o desaparecimento persista, mas também geram um ambiente hostil que pode paralisar as tentativas dos familiares de acessar as instituições encarregadas da busca. Muitas famílias, presas entre o desejo de buscar seus entes queridos e o medo à retaliação, escolhem o silêncio, o que aumenta o sub-registro. Em outros casos, as pessoas denunciam o desaparecimento do seu familiar após um longo período, quando as marcas do desaparecimento podem ter sido apagadas, portanto, encontrar a pessoa se torna ainda mais difícil.

Nesse cenário, resulta preocupante que, dos 222 casos registrados em 2023, 49 correspondam a crianças e adolescentes. A análise dessa problemática destaca a vulnerabilidade que enfrentam a infância e a juventude em meio aos conflitos armados e à violência. O desaparecimento

de menores de idade tem um impacto psicológico e psicossocial duradouro nas comunidades, pois representa uma tragédia que vai além da perda individual e coloca em risco o futuro da sociedade.

Esses números são apenas um esboço da realidade de milhares de famílias que encontram mais dificuldades para acessar as vias de atendimento do Estado nas áreas rurais e que sofrem a angústia de não saber o paradeiro de seus entes queridos, sem a possibilidade de se reunir com eles com vida. Reiteramos o nosso apelo a todos os atores armados, tanto estatais quanto não estatais, para que respeitem as normas humanitárias, que estabelecem que o desaparecimento de pessoas deve ser evitado e todas as medidas possíveis devem ser tomadas para evitá-lo.

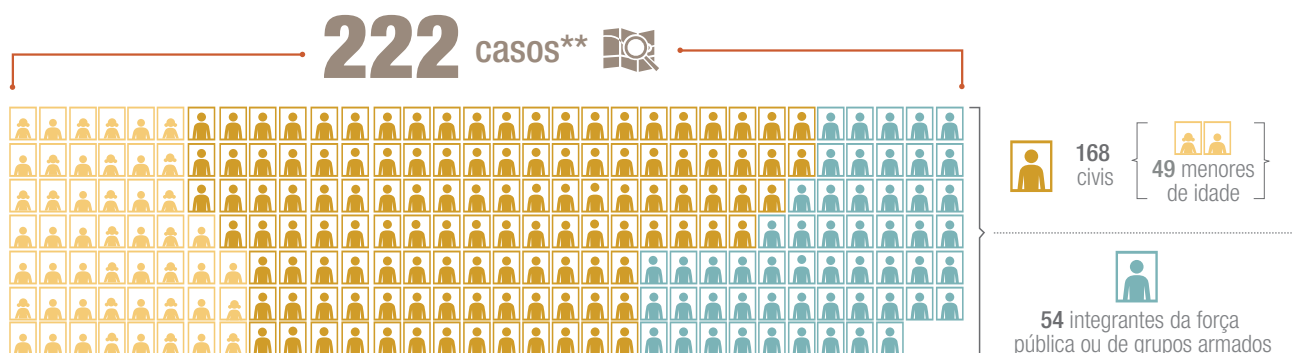
“ Em tempos de conflito, a população civil muitas vezes se encontra entre a espada e a parede, pressionada pelos atores armados, ameaçados pela parte contrária e sofrendo a retaliação. A população civil nunca deve ser envolvida dos conflitos e deve ser respeitada a todo momento. ”

Ignacio San-Román, chefe da subdelegação do CICV em Medellín

Instamos o Estado a implementar o Sistema Nacional de Busca e a fortalecer a Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas (UBPD), bem como o sistema médico-legal. Além disso, insistimos na necessidade de garantir o acesso às vias de atendimento do Estado aos familiares das pessoas desaparecidas.

Desde o CICV reafirmamos o nosso compromisso de continuar acompanhando as famílias e pessoas que buscam, bem como a quem desafia o tempo e a ausência, e que não descansará até encontrar seu familiar desaparecido.

Casos de desaparecimento ocorridos em 2023*



75 % dos casos se concentraram em Arauca, Cauca, Nariño, Norte de Santander, Chocó e Valle del Cauca

Casos de pessoas desaparecidas ocorridos e documentados **entre a entrada em vigor do Acordo de Paz e dezembro de 2023**

1.476 casos

*Esses números correspondem aos casos documentados pelo CICV no desenvolvimento do seu trabalho, portanto, não refletem a dimensão exata do fenômeno.

** Esse número pode variar em cada publicação do CICV, dado que alguns desaparecimentos não são reportados no mesmo ano da ocorrência. Por exemplo, até dezembro de 2022 tínhamos documentado 209 casos de desaparecimento ocorridos durante esse mesmo ano. No entanto, durante 2023, documentamos outros 85 casos ocorridos em 2022, para um total de 294.

Um aumento preocupante da violência contra a saúde na Colômbia

A violência no contexto dos conflitos armados afeta profundamente a saúde física e mental das comunidades, em particular daquelas que vivem nas regiões mais afastadas do país. Essa violência ocorre na forma de ameaças, agressões físicas, mortes, violência sexual, entre outras. No entanto, paradoxalmente, os profissionais de saúde, cuja missão é curar e aliviar o sofrimento, se tornam o alvo particular de atos violentos.

Durante 2023, a Mesa Nacional de Missão Médica registrou 511 atos violentos contra a assistência à saúde em todo o país. Entre esses, 140 (27 %) estiveram relacionados com conflitos armados. A maioria foram contra a vida e a integridade dos profissionais de saúde e impactaram diretamente auxiliares, equipes de enfermagem, psicólogos, dentistas, médicos, motoristas de ambulâncias e equipes de saúde pública, que sofreram as consequências físicas e emocionais desses atos.

Os departamentos de Cauca, Chocó, Arauca, Nariño e Caquetá foram os mais afetados. Em alguns deles, equipes completas de profissionais de saúde foram forçados a deixar de trabalhar, o que causou a privação total de serviços médicos para comunidades inteiras.

Vale a pena assinalar o aumento na intensidade dessa violência, que é refletido no assassinato de nove pessoas, a maior quantidade registrada nos últimos cinco anos. Cinco delas eram curandeiros tradicionais em Cauca e Valle del Cauca. Tal perda não apenas priva as comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas dos conhecimentos ancestrais de quem cuida deles desde uma perspectiva cultural, mas também coloca em risco a sobrevivência de populações que já não contam com a primeira resposta que, às vezes, é a única assistência à saúde disponível nos seus territórios. Nesse sentido, instamos a respeitar a vida e a integridade daqueles que oferecem assistência à saúde, considerando os curandeiros comunitários e tradicionais, que também estão protegidos pelo DIH.

Através do nosso programa “Saúde Mental para Profissionais de Saúde Vítimas de Violência”, identificamos que 86 % dos participantes apresentaram níveis preocupantes de sofrimento psicológico. Entre os sintomas mais comuns, se encontram ansiedade, dificuldades cognitivas e irritabilidade, além do sofrimento individual a que estão sujeitos os trabalhadores de saúde e que supõe uma limitação em sua capacidade de cuidar dos outros.

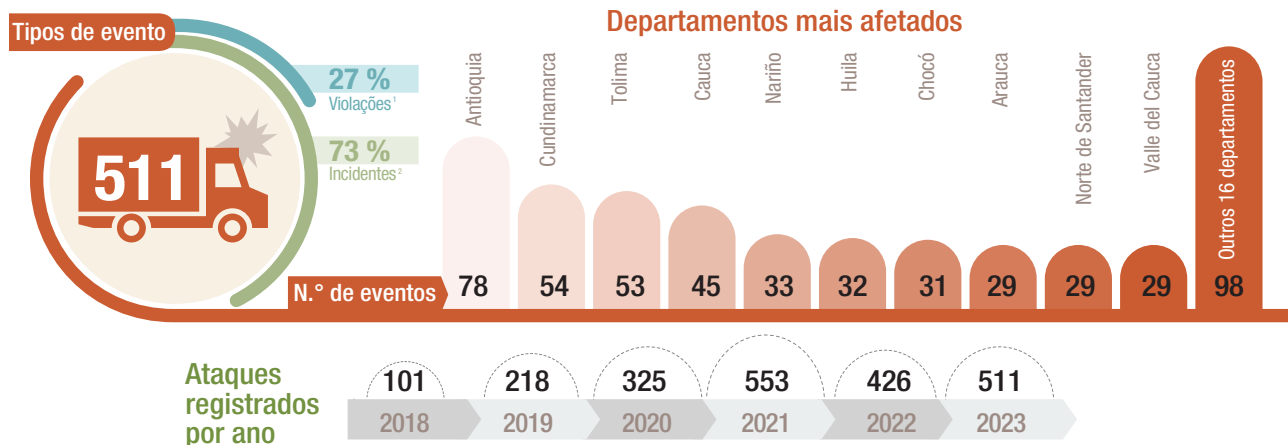
“O sudoeste é particularmente afetado por conflitos armados e violência, como os deslocamentos, a presença de artefatos explosivos e os ataques à assistência à saúde. Essa realidade impacta toda a sociedade; por isso, não respeitar o DIH não deveria se tornar uma normalidade.”

Kian Abbasian, ex-chefe da subdelegação do CICV em Cali

Os profissionais que oferecem assistência à saúde às comunidades nas regiões mais afetadas pelos conflitos armados e a violência são guardiões da vida. Seu trabalho é o laço que mantém a esperança daqueles que dependem dos seus cuidados. Esses provedores de assistência comunitária, curandeiros tradicionais, auxiliares, psicólogos, dentistas, equipes de enfermagem, médicos, motoristas de ambulância e equipes de apoio à saúde são quem continuam na tarefa de curar as feridas do corpo e da mente causadas pelos conflitos armados na Colômbia e que vivem no meio da confusão própria da violência. Devem ser protegidos e respeitados a todo momento.

*Esses números provêm de fontes oficiais externas que complementam as informações coletadas pelo CICV. Podem variar com o tempo devido a mudanças nas dinâmicas de registro e elaboração de relatórios.

Atos violentos contra a assistência à saúde em 2023



¹ Faz referência aos ataques contra a assistência à saúde que ocorrem no contexto de conflitos armados e que são suscetíveis à aplicação do DIH.

² Faz referência às agressões contra a assistência à saúde que acontecem fora do quadro dos conflitos armados e às quais se aplicam a legislação nacional e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Voltar à liberdade: 44 anos como intermediário neutro

Desde 1980, quando ajudamos na primeira libertação de uma pessoa privada de liberdade por um grupo armado na Colômbia, até 2023 facilitamos 1.960 libertações, sempre com o objetivo de que as pessoas retornem ao calor de suas famílias.

Em 2023, 66 pessoas se reuniram com seus entes queridos graças ao nosso trabalho como intermediário neutro. Esse número, o mais elevado dos últimos anos, supera as 63 libertações que facilitamos em 2022. Entre as pessoas libertadas se encontram membros da população civil e de forças armadas, e integrantes de grupos armados.

Esse resultado foi conseguido graças a décadas de experiência na matéria e à confiança que gera o diálogo bilateral e confidencial que mantemos com todos os atores armados. Podemos desempenhar o nosso papel como intermediário neutro quando as partes concordam e, confiando em nossos princípios de neutralidade, imparcialidade e independência, nos permitem receber as pessoas libertadas, verificar seu estado de saúde e reuni-las com suas famílias.

Nossa neutralidade nos conflitos não nos torna indiferentes ao sofrimento que estar no poder de um ator armado pode gerar numa pessoa. Tudo ao contrário. Não tomar partido é o que nos permite chegar aos locais mais afastados da geografia nacional com o único objetivo de ajudar as pessoas afetadas pela guerra.

Em 2024, continuaremos realizando esse trabalho, com a total disposição de facilitar essas operações humanitárias. Nesse sentido, fazemos um apelo a todos os atores armados para que respeitem o trabalho das organizações humanitárias imparciais que contribuem para a proteção da humanidade em meio dos conflitos armados.



A tarefa permanente de difundir o DIH

O CICV trabalha, há mais de cinquenta anos, para difundir e implementar o DIH na Colômbia. Esses esforços são traduzidos na busca de posicionar o DIH como fonte de proteção para a população afetada por conflitos armados e promover seu respeito. Para isso, mantém um diálogo bilateral permanente com atores armados e o Estado, bem como com mesas de negociação no contexto da atual política de Paz Total.

Em 2023, reforçamos os conhecimentos de mais de 700 estudantes, autoridades civis, jornalistas e funcionários públicos em DIH e temáticas relacionadas. Por sua vez, participamos de fóruns, atividades acadêmicas e mesas de discussão.

Do mesmo modo, realizamos esforços para incluir o DIH e padrões internacionais de uso da força como parte das doutrinas e resoluções de forças militares e policiais. Oferecemos assessoramento para a elaboração da normativa e capacitamos mais de 4,7 mil integrantes das forças armadas e de segurança em diferentes locais do país.



J. Duque/CICV

Os direitos não acabam atrás das grades

A problemática da superlotação nos estabelecimentos de reclusão nacionais continuou aumentando durante 2023 e atingiu 24,5 % no final do ano. Isso significa que a população privada de liberdade ultrapassa em cerca de 20 mil pessoas a capacidade instalada nesses locais, o que tem um impacto negativo tanto no acesso a recursos básicos, quanto a direitos e garantias judiciais.

A tudo isso, acrescenta-se a insuficiência de agentes penitenciários, tanto de segurança quanto técnico-profissionais, bem como a falta de estratégias dirigidas a seu bem-estar e capacitação, o que dificulta o atendimento digno e humano das pessoas detidas, e uma gestão penitenciária alinhada com padrões internacionais. Além disso, afeta a segurança dos funcionários, das pessoas privadas de liberdade e dos visitantes.

Apesar dos esforços realizados pelas autoridades para reduzir a presença de pessoas detidas nos centros de detenção transitória, a permanência prolongada em condições inadequadas continua sendo uma realidade, e elas ficam a cargo de funcionários cuja capacitação muitas vezes não atende aos requisitos para assistir e responder às necessidades da população privada de liberdade.

A deficiência de uma abordagem preventiva em saúde nos ambientes de privação de liberdade, além do acesso insuficiente a serviços básicos como água, alimentação, higiene, ou a espaço e ventilação adequados, colocam em risco a atenção oportuna ao estado de saúde física e mental das pessoas privadas de liberdade. Em particular, a falta de uma abordagem integral para pessoas com problemas de saúde mental, farmacodependentes ou consumidores de substâncias psicoativas afeta ainda mais o seu estado de saúde e, assim, elas têm a sua vulnerabilidade acrescentada.

Por tudo isso, agradecemos as iniciativas relacionadas a melhorar as condições de detenção das pessoas privadas de liberdade, bem como os esforços do Estado colombiano dedicados a humanizar o sistema penitenciário, melhorar a gestão dos estabelecimentos, facilitar o acesso à justiça, e promover o conhecimento e o respeito dos padrões internacionais em matéria de trato digno à população carcerária.

Chamada para a ação

Aos atores armados estatais e não estatais

- Instamos a respeitar o DIH, existam ou não acordos de cessar-fogo ou diálogos de paz. Cumprir essas normas reduz o sofrimento gerado pelos conflitos armados. Os atores armados tem a obrigação de respeitar a vida e a dignidade da população civil e das pessoas que já não participam nas hostilidades.
- Enfatizamos o dever que eles têm de respeitar e proteger a vida das pessoas feridas, bem como dos profissionais de saúde. As pessoas feridas ou doentes, sejam elas civis ou não, estão protegidas e têm direito a serem assistidas e tratadas; ao mesmo tempo, cada parte de um conflito armado deve respeitar e proteger o transporte para a evacuação das pessoas feridas e doentes, a infraestrutura de saúde, o transporte de profissionais e material médicos, e a entrega de insumos médicos necessários.
- Lembramos aos atores armados estatais e não estatais a necessidade de proteger a população civil das consequências devastadoras que a presença, uso e abandono de artefatos explosivos têm. Também, que considerem os efeitos da presença desses artefatos em comunidades inteiras, particularmente naqueles locais que são vitais para os menores de idade, como as escolas e espaços de recreação.
- Reiteramos que eles têm a obrigação de evitar o desaparecimento de pessoas e realizar esforços para tal. Além disso, devem contribuir para o esclarecimento e a busca de pessoas dadas por desaparecidas no contexto dos conflitos armados, bem como respeitar a dignidade humana das pessoas falecidas.
- Instamos a respeitarem a proteção especial que o DIH confere a crianças e adolescentes. O recrutamento, o uso e a participação direta de menores de idade em hostilidades é uma violação do DIH e tem consequências profundas na sua vida, seu ambiente familiar e a sociedade.
- A ação humanitária, que é fundamental para as comunidades afetadas, deve ser respeitada a todo momento, e o acesso rápido e sem obstáculos por parte de organizações humanitárias imparciais e dos seus funcionários deve ser permitido e facilitado.

Às mesas de negociação em andamento entre o Estado e grupos armados

- Pedimos que incluam as preocupações humanitárias como um ponto fundamental nas agendas de negociação e diálogo. Instamos a adotarem acordos especiais sobre o fortalecimento do DIH e temáticas específicas cujo fim seja a proteção da população civil e de outras pessoas afetadas pelos conflitos armados. Esses acordos podem tratar sobre o desaparecimento e a busca; o recrutamento, o uso e a participação direta de menores de idade em hostilidades; os artefatos explosivos; as áreas protegidas; as pessoas privadas de liberdade; o acesso humanitário; e o respeito pelos serviços de saúde, entre outros temas.

À institucionalidade do Estado

- Lembramos sobre a necessidade de tomar todas as medidas para evitar violações do DIH, bem como de responder às necessidades humanitárias geradas pelos conflitos armados da forma mais integral, rápida e completa possível. Instamos a continuarem com o investimento em planos e programas em favor das pessoas afetadas pelos conflitos armados.
- Chamamos a garantir os direitos das vítimas dos conflitos armados mediante o fortalecimento das vias de prevenção e atendimento disponíveis.

Em tópicos específicos:

Em relação à assistência à saúde:

- Pedimos às partes em conflitos armados que respeitem e protejam a todo momento as pessoas que prestam assistência à saúde. Seu trabalho é aliviar o sofrimento causado pelos conflitos armados e a violência. Lembramos sobre a importância de permitir seu trabalho sem nenhuma limitação arbitrária. O acesso à saúde deve ser garantido a todo momento e em todo lugar.

Em relação ao desaparecimento:

- Instamos o Estado a implementar o Sistema Nacional de Busca e a fortalecer a Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas (UBPD), bem como o sistema médico-legal. Além disso, insistimos na necessidade de garantir aos familiares das vítimas de desaparecimento cuidados e acesso oportunos a serviços de saúde física e mental, bem como a justiça e a oportunidades para sua subsistência econômica.
- Convocamos as partes que participam nas negociações de paz atuais para que proponham medidas que permitam coletar informações sobre as pessoas dadas por desaparecidas e a localização de pessoas falecidas.

Em relação às pessoas privadas de liberdade em centros penitenciários:

- Recomendamos que sejam tomadas todas as medidas necessárias para desenvolver programas de assistência integral para as pessoas privadas de liberdade, com especial ênfase em quem sofre de transtorno mental, que contemple uma abordagem terapêutica psicossocial e médica, e com um componente de reabilitação multidisciplinar.
- Confiamos em uma pronta ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, o que permitirá um adequado monitoramento das condições de detenção.
- É essencial que o sistema de justiça criminal da Colômbia apoie a implementação da Lei 2292 de 2023 e reconheça a importância do novo mecanismo alternativo à prisão. Apoiamos essa decisão que favorece as mulheres chefes de família.

As comunidades contam suas histórias



Soberania alimentar e educação agrícola no Valle del Cauca

Para os habitantes da pequena comunidade La Cabaña, na área rural de Jamundí, promover os costumes agrícolas nas novas gerações foi um grande desafio. Por isso, com a ajuda de um grupo de professores, promovemos esse projeto de hortas escolares e educação pecuária com um objetivo comum: a soberania alimentar de uma comunidade afetada pelos conflitos armados.

“Nós vivíamos da agricultura. Vivíamos da banana, da horta e da mandioca. É assim que esse projeto nasce.”

Eliud Mesud, reitor da Instituição Educacional Gabriela Mistral, sede Adán Cordobés



Recuperação e entrega de três irmãos desaparecidos no sul de Córdoba.

Depois de 15 anos de espera, a família de Héctor, Luis e Rafael pode dar uma despedida digna a eles. Em 2021, recuperamos os corpos desses três irmãos, desaparecidos em 2008, no sul de Córdoba. Após dois anos de trabalho de identificação por parte de Medicina Legal, conseguimos entregar os corpos à sua família.

“Eles já estão na comunidade onde cresceram e vão estar no cemitério onde todos os nossos corpos deveriam descansar quando deixarmos este mundo.”

Patricia Pastrana, irmã de Héctor, Luis e Rafael



Uma história de laços comunitários em Arauca

Na pequena comunidade La Esperanza, em Tame, trabalhamos com 33 famílias camponesas para melhorar a sua segurança econômica e alimentar. Graças ao trabalho colaborativo, conseguimos promover um projeto produtivo de porcas reprodutoras que hoje permite aos habitantes dessa região sonhar com um futuro cheio de oportunidades.

“Gostaria de ver La Esperanza como uma grande produtora de porcos, com suas respectivas fazendas, registros sanitários atualizados e, quem dera, exportadora de porcos.”

Javier Aguilar, beneficiário do projeto



Hortas para um ambiente seguro no departamento de Meta

Com o nosso apoio, mais de 300 estudantes do Centro Educativo Río Duda, em Brisas del Duda, desenvolveram competências para a implantação de hortas escolares e o cultivo de abacates. Com esse projeto, os pequenos empreendedores contribuem para a sustentabilidade e a segurança alimentar de suas famílias e comunidades.

“Dá para aprender muitíssimas coisas na horta, coisas que você nem imaginava que ia aprender.”

Angie Rubio, estudante do Centro Educativo Río Duda

Saiba mais sobre essas histórias digitalizando o código QR



Resultados de atividades

Esses números respondem ao esforço e ao trabalho permanente que realizam nossas equipes no terreno para ajudar as pessoas afetadas pelos conflitos armados e a violência.

*Uma pessoa pode ter recebido mais de um serviço.

Em 2023, nosso trabalho humanitário beneficiou cerca de **150.000*** pessoas

Vítimas dos conflitos armados

999
ferramentas e equipamento educacionais foram entregues em regiões afetadas pelos conflitos armados e a violência.

23.250
pessoas têm melhores condições sanitárias, acesso a água e infraestrutura comunitária.

1.161
pessoas feridas, doentes, com deficiência e vítimas tiveram acesso a serviços de saúde física, mental e a reabilitação física.

13
estruturas de saúde foram apoiadas com móveis, medicamentos e insumos médicos, o que contribuiu para que cerca de 17 mil pessoas recebessem assistência de emergência.

27.105
pessoas afetadas pelos conflitos armados melhoraram sua segurança econômica após receber alimentos e apoio para atividades produtivas e de geração de renda.



457

vítimas e sobreviventes receberam apoio, orientações, cuidados de saúde física e mental, e assistência de emergência e geração de renda.

Vítimas e sobreviventes de violência sexual



31

corpos de pessoas desaparecidas foram recuperados e entregues às autoridades para sua identificação. Além disso, realizamos outras 12 tentativas de busca.



201

familiares de pessoas desaparecidas obtiveram informações sobre o paradeiro dos seus entes queridos graças ao nosso apoio. Um total de 141 dessas pessoas foram localizadas com vida.



1.164

familiares receberam orientações, atendimento psicológico e psicossocial, dinheiro, capacitação e apoio para obter emprego ou fortalecer seus negócios.



Impacto por artefatos explosivos



14.904

pessoas que vivem em regiões afetadas pela presença de artefatos explosivos aprenderam a reduzir o risco de acidentes.



214

planos de contingência comunitários foram elaborados para gerar ferramentas de resposta nas comunidades afetadas pela presença de artefatos explosivos.



255

vítimas foram beneficiadas com assistência econômica.



109

vítimas receberam serviços de assistência à saúde.



132

sobreviventes tiveram acesso a cadeiras de rodas, próteses e outros elementos de reabilitação física.

Pessoas privadas de liberdade em prisões



56

pessoas com deficiência receberam 79 dispositivos de apoio, como próteses, cadeiras de rodas e outros elementos ortopédicos.



34.400

pessoas contam com espaços melhorados de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, como banheiros, chuveiros e áreas de lavagem.



300

people have improved accessibility spaces for people with reduced mobility, such as toilets, showers and washing areas.



1.100

juízes receberam capacitação para fortalecer seus conhecimentos sobre o respeito pelos direitos das pessoas privadas de liberdade e sobre os mecanismos alternativos à prisão, em um processo conjunto com o Conselho Superior de Justiça e a Escola Judiciária.



R. Monsalve/CICV

Canais de atendimento *CICV ouve você*



1.400

pessoas foram atendidas mediante nossos canais de atendimento *CICV ouve você*. Elas receberam orientações e ajuda em relação à sua situação humanitária.



1.600

ligações feitas a pessoas que foram beneficiadas com o nosso trabalho para conhecer seus comentários e sugestões, e assim ajustar e melhorar a nossa resposta.

Mais sobre o nosso trabalho:



66

pessoas que estavam em poder de grupos armados recuperaram a liberdade em operações humanitárias facilitadas pelo CICV.



649

casos foram apresentados a atores armados para averiguar sobre o paradeiro e o destino de pessoas desaparecidas.



49.258

serviços de chamadas telefônicas, acesso à internet e carregamento de baterias ajudaram os migrantes e as vítimas de conflitos armados a entrarem em contato com seus entes queridos.



4.747

integrantes da força pública e autoridades receberam capacitação sobre padrões internacionais de uso da força, do DIH e de outras normas humanitárias.



486

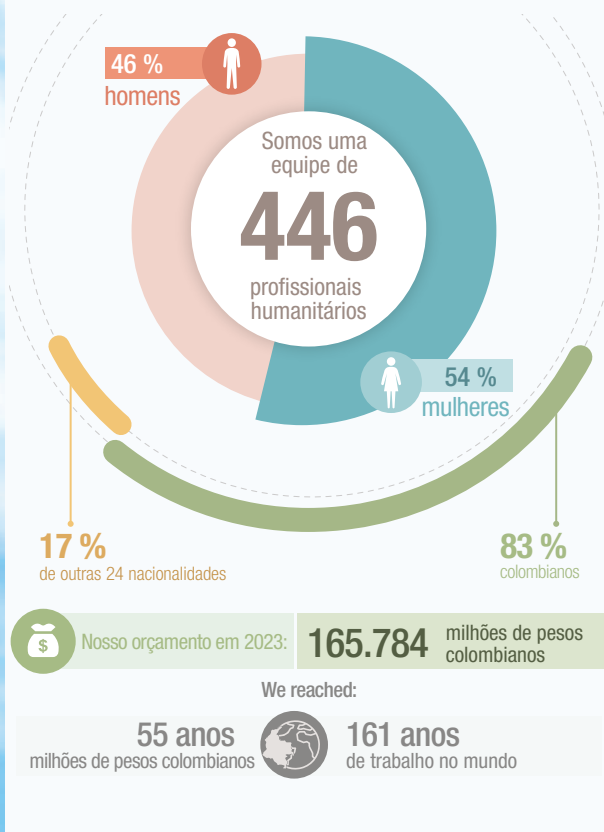
integrantes de autoridades civis, instituições do Estado e do setor acadêmico receberam capacitação com foco no DIH.

Trabalho com a Cruz Vermelha Colombiana

44.552

vítimas de conflitos armados e outras situações de violência se beneficiaram da ação humanitária da Cruz Vermelha Colombiana, que contou com o apoio técnico e financeiro do CICV.

J. Duque/CICV



Ajudamos pessoas do mundo inteiro afetadas por conflitos armados e outras situações de violência, fazendo todo o possível para proteger a sua dignidade e aliviar o seu sofrimento, com frequência em conjunto com os nossos parceiros da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Também procuramos prevenir as dificuldades com a promoção e o fortalecimento do Direito Humanitário e a defesa dos princípios humanitários universais.

As pessoas sabem que podem contar conosco na realização de uma série de atividades que salvam vidas em zonas de conflito, trabalhando em estreita parceria com as comunidades locais para entender e satisfazer as suas necessidades. Com a nossa experiência e conhecimento, podemos responder com rapidez, eficácia e imparcialidade.

-  CICRColombia
-  @CICR_co
-  cicr_americas
-  www.icrc.org/co
-  bogota@icrc.org

Linha **CICR te escucha**

☎ (57) 601 200 71 40

☑ #919 grátis

de Claro, ETB,

Movistar y Tigo.



CICV

Comité Internacional da Cruz Vermelha

Calle 96 N.º 11b-37

Telefone: (601) 313 86 30

Bogotá D.C. - Colombia